

**JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO**

*Mestre, Doutor e Livre Docente em Direito. Professor Titular e Coordenador do curso de pós-graduação em processo tributário na PUC-SP. Advogado e consultor tributário em São Paulo. Visiting Scholar da Universidade da Califórnia (Berkeley). Ex-juiz do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda de São Paulo. Ex-diretor e ex-conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo. Lecionou na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Ex-Diretor do Idepe (Instituto Geraldo Ataliba)*

# **PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL**

**3<sup>a</sup> EDIÇÃO**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, primavera de 2014  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

## **EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: [quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**Coordenação editorial: Vinicius Vieira**

**Diagramação: Victor Guimarães Sylvio;  
José Ubiratan Ferraz Bueno**

**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares**

**Capa: Eduardo Nallis Villanova**

MELO, José Eduardo Soares de. Processo Tributário Administrativo e Judicial – 3ª edição. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

ISBN 85-7674-735-9

1. Direito Tributário. I. Título

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Tributário

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## **SUMÁRIO**

### **Parte 1** **Processo Tributário Federal,** **Estadual (SP), Municipal (SP), 11**

I. Consulta, 13

II. Regime Especial, 25

III. Imunidade – Reconhecimento e Suspensão, 33

IV. Denúncia Espontânea, 43

V. Processo Contencioso, 51

VI. Processo de Reconhecimento de Direito Creditório, 245

VII. Processo de Restituição, Ressarcimento e Reembolso, 251

VIII. Processo de Aplicação da Pena de  
Perdimento de Mercadoria e de Veículo, 255

IX. Processo de Retenção e de Perdimento  
de Veículo Transportador de Mercadoria  
Sujeita a Pena de Perdimento, 257

X. Processo de Perdimento de Moeda, 259

XI. Relevação da Pena de Perdimento, 261

XII. Perdimento de Bens. Comentários, 263

## **Parte 2**

### **Processo Judicial Tributário, 267**

#### **A. Ações de Iniciativa dos Particulares, 269**

I. Ação Anulatória, 271

II. Ação Consignatória, 275

III. Ação Declaratória, 281

IV. Ação Monitória, 287

V. Ação de Repetição de Indébito, 293

VI. Ação Rescisória, 311

VII. Habeas Data, 321

VIII. Mandado de Injunção, 327

IX. Mandado de Segurança, 333

#### **B. Ações de Controle de Constitucionalidade, 367**

I. Ação Cível Originária, 369

II. Ação Declaratória de Constitucionalidade, 373

III. Ação Direta de Inconstitucionalidade, 377

IV. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, 397

V. Reclamação, 403

**C. Ações da Coletividade, 409**

I. Ação Civil Pública, 411

II. Ação Popular, 419

**D. Ações de Iniciativa da Fazenda Pública, 425**

I. Medida Cautelar Fiscal, 427

II. Execução Fiscal, 431

**E. Recursos, 475**

**F. Coisa Julgada, 497**

**G. Execução contra a Fazenda Pública, 527**

**H. Poder Executivo (PGFN-AGU) e Medidas Judiciais, 533**

**I. Súmulas Judiciais, 549**

**Bibliografia, 559**